

Apelo aos líderes partidários



Uma rede de corrupção e tráfico de influências está instalada ao mais alto nível do Estado para evitar o pagamento do IMI pelas concessionárias das barragens e os impostos devidos pela sua transmissão (Imposto do Selo e IRC). É essa a perceção que resulta da multiplicidade de factos conhecidos, o último dos quais que a direção da AT deixou caducar a liquidação e cobrança do IMI de 2019.

Essa rede tem de ser desmantelada.

Relativamente ao IMI, a direção da AT acabou de deixar caducar o IMI do ano 2019. Com isso, violou dois despachos do Secretário de Estado que a tutela; violou uma garantia expressa pelo Ministro das Finanças na Assembleia da República, que assegurou que o IMI de 2019 seria cobrado até ao final de 2023; violou um parecer da Procuradoria-Geral da República de 2006; e violou a Lei, mesmo depois de este Movimento ter alertado para esse perigo 18 vezes no ano de 2023.

Como é isto possível num Estado de Direito?

Que força é essa que impede o Estado de Direito de funcionar relativamente às barragens?

Relativamente aos mais de 110 milhões de euros do Imposto do Selo, do IMT e do IRC devidos pelo negócio da venda das barragens, passaram já mais de 3 anos e só se sabe que não foram pagos. Falta menos de 1 ano para caducarem também.

Porque é que esses impostos não foram ainda exigidos? Provavelmente pela mesma razão que conduziu à caducidade do IMI de 2019.

Este é um problema muito sério do Regime. Além da corrupção, do tráfico de influências, da prevaricação e do desvio de funções, que aparentemente se entranharam nos níveis mais altos do Estado, está em causa o desrespeito por todo o Povo da Terra de Miranda, que é o titular destas receitas.

Estão em causa princípios estruturantes do Estado e da Constituição, neste caso. E se os órgãos competentes do Estado, de auditoria e de investigação continuarem a não funcionar, como até aqui, apelaremos ao Povo da Terra de Miranda para que não deixe que esta rede clientelar continue impune.

Este Movimento exige a todos os líderes dos partidos parlamentares que informem e se comprometam com os cidadãos da Terra de Miranda, e de todo o País, acerca do que pretendem fazer neste domínio, se forem Governo, nomeadamente, que medidas adotarão de desmantelamento desta rede corrupta, de efetiva cobrança dos impostos devidos, de responsabilização civil, disciplinar e criminal de todos os intervenientes no escândalo do negócio das barragens, bem como de exigência às concessionárias para que cumpram as suas obrigações legais, contratuais e sociais.

Para o efeito, o Movimento Cultural da Terra de Miranda solicitará reuniões específicas e dará conta publicamente delas.

Exigimos, mais uma vez, à Inspeção-Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas que exerçam os seus poderes de inspeção e auditoria sobre a ação da AT e que reponham a legalidade.

Solicitamos à Procuradoria-Geral da República que conclua as investigações criminais que estão em curso.

E solicitamos, mais uma vez, ao Senhor Presidente da República, como garante do funcionamento das Instituições, que exerça essa sua função.

Terra de Miranda, 7 de janeiro de 2024